
Daxiyangguo

Portuguese Journal of Asian Studies | Revista Portuguesa de Estudos Asiáticos

ISSN: 1645-4677 | ISSN-e: 2184-9129 | 2022, Número 29, páginas 113-133

DOI: 10.33167/1645-4677.DAXIYANGGUO2022.29/pp.113-133

Entre Negócios e Religião: O Irmão Jesuíta Manuel de Figueiredo (1589-1663)

Between Business and Religion:
The Jesuit Brother Manuel de Figueiredo (1589-1663)

Leonor Pratas Duarte de Jesus*

* Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade NOVA de Lisboa, Portugal;
Email: leonor.meca2000@gmail.com

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo explorar o papel dos Procuradores na Companhia de Jesus através da análise do caso de Manuel de Figueiredo, um irmão jesuíta que exerceu funções de Procurador da Vice-Província da China em Macau, durante 24 anos. Na primeira parte serão abordadas as principais características que compunham os diferentes cargos de Procurador; e na segunda será explorada a dimensão biográfica de Manuel de Figueiredo, o seu percurso religioso em Évora; passando-se depois à análise do corpus documental sobrevivente de Figueiredo. Pretende-se demonstrar, a partir desta personagem, como foi essencial o papel dos procuradores no funcionamento da Companhia de Jesus e como foram importantes também enquanto agentes da globalidade.

Palavras-chave: Procuradores jesuítas; Manuel de Figueiredo; Missão da China; Macau; cultura material; globalização

ABSTRACT

This article aims to explore the role of the Procurators in the Society of Jesus through the analysis of the case of Manuel de Figueiredo, a Jesuit brother who served as Procurator of the Vice Province of China in Macau for 24 years. In the first part, the main characteristics that make up the different positions of Procurator will be discussed; and the second will explore the biographical dimension of Manuel de Figueiredo, his religious path in Évora; moving on to the analysis of the surviving documentary corpus of Figueiredo. It is intended to demonstrate, from this character, how essential was the role of procurators for the functioning of the Society of Jesus and how they were also important as agents of globality.

Keywords: Jesuit procurators; Manuel de Figueiredo; China Mission; Macao; material culture; globalization

1. Introdução

O cargo de Procurador e o estudo dos assuntos temporais relacionados com o funcionamento da Companhia de Jesus têm sido temas amplamente negligenciados pela historiografia.

Dauril Alden foi um dos primeiros estudiosos a destacar-se nesta matéria, ao abordar na sua obra *The Making of an Enterprise, The Society of Jesus in Portugal, It's Empire and Beyond* (1996) o papel dos Procuradores jesuítas no contexto da Assistência Portuguesa da Companhia de Jesus. O autor não só chamou a atenção para a sua importância, como analisou, de forma abrangente, as suas diferentes tipologias e funções ou o peso que os fatores económicos e financeiros tiveram para o desenvolvimento das atividades da Companhia.

O facto de Alden continuar a ser uma das principais referências para o estudo dos aspetos administrativos que marcaram a instituição, demonstra como este é um tema muito cristalizado, mas mais do que isso, muito pouco explorado. Veja-se, por exemplo, o artigo de Francisco Figueira de Faria (2007) em que está bem presente a influência de Alden. Faria acrescenta, porém, alguns dados interessantes, ao analisar os aspetos de natureza logística e financeira que rodearam a vida e carreira de D. Luís de Almeida (1525-1583), médico e missionário que, provavelmente, também foi Procurador da Província do Japão, segundo sugere o autor. Este artigo não só contribuiu para o aprofundamento do conhecimento sobre os Procuradores, como ajudou a compreender que tipo de menções fazem as *Constituições* da Companhia aos diferentes cargos.

Salvation and Globalization in the Early Modern Missions (2008) de Luke Closely é outra das obras que merece destaque, uma vez que também aborda a importância do papel dos Procuradores (aproximando-se, assim, do trabalho de Alden). A perspetiva global com que analisou o projeto missionário durante

o período moderno; a desconstrução da noção de que a Companhia de Jesus funcionava como uma estrutura altamente centralizada; a exploração das motivações psicológicas que influenciaram a ação jesuíta na China, Alemanha e México; ou a constante lembrança que os jesuítas só conseguiram manter o seu poder (global), porque se aproveitaram das múltiplas redes de contacto, comércio e navegação que já existiam são outros fatores a sublinhar sobre este trabalho e que o tornam particularmente interessante.

Esta reflexão não podia deixar de incluir o importante contributo de José Gabriel Martínez-Serna — que em 2009 publicou um capítulo no livro *Soundings in Atlantic History* — sobre o papel dos Procuradores na construção da rede atlântica jesuíta. Numa primeira parte, são analisadas as características dos cargos de Procurador e numa segunda, realça-se a centralidade destas figuras (e das suas redes) para a circulação de conhecimento, bens e pessoas. Martínez-Serna explora, numa perspetiva comparada, a presença jesuíta no Atlântico salientando a riqueza, quantidade e diversidade de produtos comercializados. O seu capítulo é, por todas estas razões, essencial.

Entre os autores que se dedicaram ao estudo dos Procuradores, podemos ainda mencionar Fred Vermote e Maria João Pereira Coutinho.

Vermote publicou, em 2018, um estudo intitulado “Finances of the Mission” - que, como indica o título, pretende dar a conhecer de que forma foram administradas, em termos financeiros, as várias missões jesuítas. Podemos referir como principais contributos de Vermote aqueles que se associam, por exemplo, à exploração do estatuto de Irmão a partir das *Constituições* da Companhia (numa lógica semelhante à de Faria) ou às fontes de rendimento que suportavam a atividade da Companhia (e que não se limitavam, de modo algum, ao patrocínio régio). De uma perspetiva também ela global — e muito semelhante à que Martínez-Serna seguiu no seu capítulo — Vermote explora a gestão financeira empreendida pelos jesuítas nos espaços coloniais da América, mas não se esquece de falar da Ásia ou da França. Há, portanto, uma constante preocupação de nunca analisar, unilateralmente, a ação jesuíta.

Incluído nestas múltiplas óticas está, por fim, o artigo de Maria João Pereira Coutinho (2019) que, através da análise de dois Procuradores das Missões — Francisco de Cordes (1689-1768) e José Rosado (1714-1797) — reitera igualmente a importância do papel dos Procuradores e mostra, com particular detalhe, a profusão de produtos por eles transacionados.

Depois de analisada a escassa bibliografia existente sobre os procuradores, é tempo de apresentar as fontes primárias que serviram de base para a realização desta investigação. O meu ponto de partida para a inventariação do corpo documental sobrevivente de Manuel de Figueiredo foi o trabalho de

Francisco da Cunha Leão (1998) sobre a coleção “Jesuítas na Ásia”, preservada na Biblioteca da Ajuda. Posteriormente, consultei nesta biblioteca os documentos selecionados. Estava inicialmente previsto incluir também alguns manuscritos da coleção *Japonica Sinica* do *Archivum Romanum Societatis Iesu* (ARSI, Roma) e cujas digitalizações se encontram disponíveis na Biblioteca da Brotéria, em Lisboa. Contudo, por motivos que me foram alheios, não tive acesso a estes documentos. A realização desta investigação assentou, portanto, e apenas, nos (5) documentos dos Códices 49-IV-61, 49-V-5 e 49-V-11 da coleção “Jesuítas na Ásia” e o que parecia pouco, revelou-se, afinal, de uma enorme riqueza histórica e informativa (veja-se a tabela presente na secção “Anexos”).

2. Os procuradores jesuítas – tipologias e funções

Inácio de Loyola procurou distanciar-se dos modelos hierárquicos seguidos por outras congregações religiosas ao escolher para a sua um esquema centralizador, de tipo piramidal (Alden, 1996, p. 8).

O Procurador-Geral deve ser o primeiro cargo da Procuradoria a ser abordado, tendo em conta que era nomeado, segundo explicitam as *Constituições*, pelo Padre Geral¹ e tinha Roma como sua principal residência (*Constituições da Companhia de Jesus e Normas Complementares*, 1997, p. 206). A sua principal função passava por defender os interesses da Companhia — e das suas diversas Assistências (Faria, 2007, p. 34; Alden, 1996) — junto da Cúria Papal. Apesar de ser responsável pela coordenação das atividades económicas, o Procurador-Geral estava ainda encarregue de assistir o Padre Geral no que fosse necessário, sendo considerados para o posto aqueles que demonstrassem ser prudentes e fiéis (*Constituições da Companhia de Jesus e Normas Complementares*, 1997, p. 206).

O equilíbrio financeiro das residências e colégios jesuítas espalhados pelas várias Províncias da Companhia, não teria sido possível sem o trabalho exercido pelos Procuradores Colegiais. Tal como os Procuradores-Gerais, estes indivíduos teriam de reunir um conjunto específico de qualidades, de entre as quais se contava a “sabedoria, a maturidade de caráter, a sobriedade ou a contenção” (Alden, 1996, p. 308). Eram eleitos pela Congregação Geral e teriam de estar em permanente articulação com os superiores dos seus colégios (Alden, 1996, p. 308). As suas tarefas envolviam a receção e o pagamento dos produtos necessários ao bom funcionamento da instituição, a canalização de fundos para outros espaços da Província, ou a venda de objetos produzidos dentro da própria instituição (Faria, 2007, p. 36). Caso fosse necessário, os Procuradores

1. Cargo ocupado de forma vitalícia, que corresponderia à máxima autoridade dentro da Companhia.

Colegiais tinham de ser capazes de defender os interesses da instituição de que eram responsáveis, pelo que lhes era também exigido que mantivessem registos financeiros e legais de todas as operações (Alden, 1996, p. 309; *Constituições da Companhia de Jesus e Normas Complementares*, 1997, p. 153).

Os Procuradores das Cortes correspondiam a outro tipo de cargo dentro da Procuratura. Os designados deviam, como deixa transparecer a nomenclatura, trabalhar para fazer prevalecer junto de determinada corte régia, os interesses da Província de que eram representantes (Faria, 2007, p. 34).

Em 1573 e 1574, é criado um novo cargo dentro da Procuradoria — o de Procurador das Missões — tendo em conta que eram muitas as dificuldades que, até então, as Coroas Ibéricas enfrentavam na gestão das suas missões (Alden, 1996, p. 299). As enormes distâncias entre elas e a necessidade que a Companhia tinha de garantir que cada uma recebia os mantimentos de que precisava terão estado na origem da formação destas duas novas procuraturas: uma em Lisboa, da Assistência Portuguesa, e outra em Sevilha, da Assistência Espanhola (Faria, 2007, p. 35). Dauril Alden defende o enorme desafio que era exercer a função de Procurador das Missões (Alden, 1996, p. 298; Vermote, 2018, p. 379), uma afirmação que é perfeitamente compreensível se atentarmos nas várias preocupações que um trabalho como este requeria. Era sua obrigação tratar da venda de objetos produzidos pelas Províncias — e da compra de outros encomendados por elas — como forma de garantir a sua sobrevivência financeira; os jesuítas que seriam enviados como missionários deviam ser acompanhados até partirem, para que lhes fosse assegurada boa acomodação e mantimentos suficientes; os presentes e a diversa correspondência referente às missões deviam estar sob vigilância, para poderem chegar em segurança ao seu destino; e o encaminhamento das contas, dos pagamentos e das receitas devidas a cada uma das Províncias — assim como o envio de doações e de fundos de mecenas oriundos de Roma — devia ser cuidadosamente registada (Faria, 2007, p. 35).

O Procurador Provincial ocupava uma posição mediadora neste esquema, já que era ele que recebia do Procurador Colegial e do Procurador das Missões as várias receitas e despesas que, em conjunto, determinariam a situação económica de uma dada Província ou Vice-Província (Alden, 1996, p. 306). Assim, e enquanto agente intermediário, o Procurador em funções era responsável pelo encaminhamento, para a Europa, de correspondência que lhe chegava dos colégios e das missões, pela redação de relatórios de natureza económica (que teriam depois de ser enviados para Roma) (Martínez-Serna, 2009, p. 195), e principalmente pela listagem e distribuição anual de produtos europeus — pedidos pelos Procuradores Colegiais e pelos Procuradores das

Missões — que não se encontravam disponíveis localmente (Alden, 1996, p. 306).

3. O estatuto de Irmão/Coadjutor temporal

Apesar de já terem sido exploradas as várias tarefas que caracterizavam os diferentes tipos de Procuradores, é preciso deixar sublinhado um outro aspeto fundamental - sem o qual não será possível compreender a vida e a carreira de Manuel de Figueiredo. Segundo as *Constituições*, a escolha para a ocupação do cargo de Procurador recaía preferencialmente em homens leigos (*Constituições da Companhia de Jesus e Normas Complementares*, 1997, p. 153) (ou pelo menos não professos) (Faria, 2007, p. 31) que, estando inseridos na Companhia, poderiam corresponder aos Irmãos/Coadjuutores temporais (Cohen *apud* Vermote, 2018, p. 380).

Estes indivíduos eram, geralmente, oriundos de um contexto socioeconómico mais baixo; não tinham formação em Teologia; os seus conhecimentos de Latim eram inexistentes ou muito limitados; e, por norma, entravam em idades mais avançadas para a Companhia (Alden, 1996, p. 311). Os coadjutores temporais perfaziam, de acordo com Fred Vermote, um quarto da Companhia (Vermote, 2018, p. 380), mas não limitavam as suas tarefas à gestão de assuntos de natureza financeira. Muitos eram até recrutados para servirem noutros ofícios como o de cozinheiros, mordomos, enfermeiros, lavadeiros e até porteiros (Vermote, 2018, p. 380). Seriam escolhidos os homens que se apresentassem motivados para ajudar a Companhia na sua missão, além de devotos, cooperativos e pacíficos (Vermote, 2018, p. 380).

O exercício de um cargo temporal como o de Procurador seria, pois, desempenhado — nestes casos — por um agente também ele secular que, pelo perfil e missão que ocupava, não teria forma de interferir com as “coisas espirituais” a que outros se dedicavam (*Constituições da Companhia de Jesus e Normas Complementares*, 1997, p. 153).

Mas não é meu objetivo alongar-me muito neste tópico, uma vez que há espaço e material para, nas páginas seguintes, se irem revelando outros aspetos sobre estes Coadjuutores — e em particular sobre a interessante figura de Manuel de Figueiredo. O *corpus* documental deixado por este irmão jesuíta é, em comparação com outros dos seus congéneres, muito vasto, como ficará patente pela documentação que já de seguida será analisada.

4. De Évora a Macau – o percurso de Manuel de Figueiredo (1589-1663)

Nascido a 28 de novembro de 1589, Manuel de Figueiredo era filho de Manuel de Figueiredo e de Juliana Ferraz [?], tendo crescido entre Lamego e Pena-

guião^[2]. Partiu para Lisboa em 1610, com vinte anos, depois de ter tido “algumas desavensas” com o seu pai^[3] e uma vez na capital decidiu “passar para o Brasil” com um amigo^[4] — cujo nome nunca chegamos a conhecer.

O desenrolar dos acontecimentos até à viagem acabou, contudo, por não correr da melhor maneira já que o jovem descobriu que seu “camarada tinha em Lixboa hũa mulher”^[5] casada, que, ainda para mais, queria seguir com eles para a América. Figueiredo ficou de tal forma transtornado com o sucedido que, a 28 de outubro, se dirigiu ao Colégio São Roque para se confessar, onde acabou por travar amizade com o Padre Luís Lobo (Franco, 1714, pp. 377-381)^[6]. A resolução do problema do “roim camarada” de Figueiredo teve em Lobo um agente essencial, uma vez que ele atuou como intermediário entre ele, o vice-rei de Portugal D. Cristóvão de Moura (1537-1613)^[7] (com quem estava em contacto), e um corregedor de nome José de Carceres [?]^[8]. Segundo conta o futuro Procurador, a mulher acabou por ser detida e enviada para o “Limoeiro” — o antigo estabelecimento prisional de Lisboa — e o seu amigo apenas foi ameaçado com a prisão pelo corregedor, como era desejo de Figueiredo^[9]. Como forma de garantir que a “má companhia” se mantinha na prisão^[10], Figueiredo ficou mais algum tempo na capital. A 4 de dezembro partiu para Portimão e no dia 27 desse mês embarcou no navio que o levaria, finalmente, para as terras do Novo Mundo^[11]. Ao oitavo dia de viagem a embarcação teve de arribar em Setúbal depois de ter sobrevivido a uma “tormenta muito grande”^[12]. Dominado por um sentimento de quase epifania, Figuei-

2. Manuel de Figueiredo, “Lembrança do Jrmão Manoel de Figueiredo”, Macau, 21/02/1661, BAJA, 49-V-5, fl. 301v.

3. Manuel de Figueiredo, “Carta do Jrmão Manoel de Figueiredo para o Padre Paulo de Carvalho no Collegio de Évora”, Macau, 20/11/1620, BAJA, 49-V-5, fl. 294.

4. Ibid, fl. 294.

5. Ibid, fl. 294.

6. Ibid, fl. 294v; Lobo era filho dos Barões de Alvito D. João Lobo e D. Leonor de Mascarenhas, segundo nos conta o jesuíta António Franco, tendo crescido no seio da corte lisboeta. Com 28 anos, Lobo decidiu abraçar a vida religiosa e entrou, a 6 de outubro de 1588, no Noviciado em Évora. De Évora conseguiu chegar a Reitor do Colégio de Santo Antão e mais tarde tornou-se sucessor de seu primo – Nuno de Mascarenhas – no Colégio de São Roque (Franco, 1714, pp. 377-381), onde encontrou, pela primeira vez, Manuel de Figueiredo.

7. D. Cristóvão de Moura (1537-1613) foi Marquês de Castelo Rodrigo, tendo sido vice-rei de Portugal entre 1600 e 1603 e 1608 e 1612, durante o reinado de D. Filipe II (r. 1598-1621).

8. Manuel de Figueiredo, “Carta do Jrmão Manoel de Figueiredo para o Padre Paulo de Carvalho no Collegio de Évora”, Macau, 20/11/1620, BAJA, 49-V-5, fls. 294v-295.

9. Ibid, fls. 294v-295.

10. Ibid, fls. 295-295v.

11. Ibid, fl. 295v.

12. Ibid, fl. 296.

redo conta que decidiu abandonar o seu sonho de viver no Brasil para entrar na Companhia — “e vendo eu que *Nosso Senhór* me livro[u] daquella tormenta, em chegando a Setuval, Me parti logo para Lixboa”^[13].

Manuel de Figueiredo entrou no Noviciado do Colégio de Évora a 21 de fevereiro de 1611, aos 21 anos de idade^[14]. É possível notar, desde já, uma particularidade interessante que se relaciona com o facto de Manuel de Figueiredo ter escolhido Évora e não Coimbra quando a norma era Coimbra se originário do Norte e Évora se nascido do Sul. Manuel de Figueiredo conta que não quis ir para Coimbra por “viver mais affastado de Minha Gente”^[15]. A facilidade com que Figueiredo conseguiu entrar no colégio eborense pode ser explicada pela ampla rede de contactos que já existia e que integrava, desde já, “dous tios e dous primos”^[16], membros da Companhia; Francisco Pereira, seu “Patrício” (mais tarde Padre Provincial); e principalmente o Padre Luís Lobo, que Figueiredo conheceu em Lisboa e fora antigo aluno de Évora. Mais à frente vamos ver melhor como essa rede de contactos se ampliou quando Manuel de Figueiredo passou a exercer, em Macau, a função de Procurador da Vice-Província da China. O caso do camarada de Manuel de Figueiredo que explorámos anteriormente — ocorrido “dous meses antes” — também já era “conhecido dos Padres” da Companhia, pelo que esta foi outras das razões, apontada pelo próprio, para a sua rápida entrada^[17].

Pouco tempo depois de ter iniciado o seu Noviciado com “grande consolação, e alegria”^[18], Figueiredo foi escolhido para ser enfermeiro — um serviço que, segundo conta, desempenhou com “muito fervor, e diligencia” até ao fim do ano de 1612 — e que lhe valeu até, um convite, para servir o Padre Nuno de Mascarenhas no Colégio de São Roque^[19].

13. Ibid, fl. 296; Figueiredo demonstrou, desde cedo, interesse pela vida religiosa. Os antecedentes que culminariam com a sua entrada na Companhia recuam ao tempo em que esteve na capital, às várias vezes em que se foi confessar ao Colégio de São Roque, no gosto que tinha em ouvir as Doutrinas feitas pelo Padre Luís Lobo ou nas rezas que fez frequentemente quando chegou ao Algarve.

14. Manuel de Figueiredo, “Carta do Jrmão Manoel de Figueiredo para o Padre Paulo de Carvalho no Collegio de Évora”, Macau, 20/11/1620, BAJA, 49-V-5, fl. 296v.

15. Ibid, fl. 296v.

16. Ibid, fl. 296. Apesar de não termos informações sobre o estatuto social de Manuel de Figueiredo, devemos assinalar que a presença de dois tios e dois primos na Companhia de Jesus constitui um dado social relevante.

17. Manuel de Figueiredo, “Carta do Jrmão Manoel de Figueiredo para o Padre Paulo de Carvalho no Collegio de Évora”, Macau, 20/11/1620, BAJA, 49-V-5, fls. 296-296v.

18. Ibid, fl. 296v.

19. Ibid, fl. 297.

Em 1615 era nomeado pelos seus Superiores para ocupar o ofício de soto-ministro do Colégio, o que significa que ficaria responsável pela superintendência da cozinha e da despesa^[20]. Note-se que, apesar de não ter “mais que quatro annos da *Companhia*”^[21], este noviço já tinha ocupado a enfermaria e estava, agora, na cozinha. Tal parece sugerir que os seus Superiores reconheciam nele um conjunto de qualidades importantes, além de demonstrar, também, a variedade de ofícios que - como foi anteriormente mencionado — os Irmãos / coadjutores temporais podiam exercer.

Figueiredo seria novamente selecionado, em 1616, para ocupar uma outra posição: a de boticário — “aceitei esta ocupação com grande vontade pela grande afeição que tenho ao serviço dos enfermos”^[22]. Fora apontado pelo Irmão Baltazar Dias, de 72 anos de idade, para ser seu sucessor, depois de este se ter cruzado com o Padre Francisco de Gouveia (Vice-Provincial de Portugal em substituição de Francisco Pereira, enviado a Roma), que estava de visita ao Colégio^[23]. Considerado por Figueiredo “hum dos mais exemplares Irmãos coadjutores, *que teve a Nossa Companhia*”^[24], Dias fora boticário em Évora por mais de dez anos, enfermeiro durante a peste que assolou Lisboa em 1569 e 1579 e enviado como peregrino a Jerusalém depois da morte do Cardeal D. Henrique (1512-1580) (Franco, 1714, pp. 373-376)^[25]. Durante os dois anos em que esteve na botica, Figueiredo conta que aprendeu a apreciar, com cada vez mais segurança, a importância do Coadjutor no seio da *Companhia*^[26], além de ter realçado a prontidão com que os seus superiores se disponibilizaram para lhe atribuírem mestres de latim. Esta era uma matéria necessária “para o meneo da Botica”, mas não era concedido, segundo explica, “a muitos Irmãos Coadjutores”^[27], nem fazia parte da sua formação, como vimos anteriormente.

A consagração do Padre Diogo Correia Valente (1568-1633)^[28] como Bispo do Japão, em 1617 — depois da morte do seu antecessor, D. Luís de Cerqueira (1552-1614) (Oliveira e Costa, 1998, pp. 691-699; Dehergne, 1973, p. 51, p. 60) — representou um ponto de viragem na vida de Manuel de Figueiredo, tal

20. Ibid, fl. 298.

21. Ibid, fl. 298.

22. Ibid, fl. 298.

23. Ibid, fl. 298.

24. Ibid, fl. 298.

25. Ibid, fl. 298v.

26. Ibid, fl. 299.

27. Ibid, fl. 299.

28. Ibid, fl. 299v; Sobre a vida e carreira de Diogo Correia Valente, como novo Bispo do Japão, veja-se o artigo de Noël Golvers (2006) ou a tese de doutoramento de João Paulo Oliveira e Costa (1998).

como fora a interrupção da viagem que, em 1610, o teria levado para terras brasileiras. Figueiredo declarava ser grande o seu “dezejo de servir a Nosso Senhor Nas partes da Jndia”, mas também revelava vontade de se afastar da sua “gente”^[29]. Por isso, pediu ao recém-consagrado Bispo do Japão que intercedesse junto do Padre Provincial — seu conhecido e já tantas vezes mencionado — Francisco Pereira, para que o autorizasse a partir^[30].

A licença foi concedida depois de alguma insistência e Figueiredo acabou por embarcar em Lisboa, a 16 de abril de 1618, na nau *Santo Amaro* (Dehergne, 1973, p. 93; Clossey, 2008, pp. 154-155) da Carreira da Índia^[31]. Chegou a Goa no dia 4 de novembro do mesmo ano, depois de uma dura travessia em que, segundo nos conta, ficou responsável pelo tratamento dos “doentes de caça” e “de fora”^[32]. Note-se como a presença da Rota do Cabo reflete, neste contexto, o aproveitamento por parte da Companhia, das redes de comércio, navegação e contactos que já existiam, além de atestar novamente como era claro — e importante — o patrocínio da Coroa Portuguesa à causa jesuíta (Clossey, 2008, p. 155).

Mas Figueiredo não era o único jesuíta a caminho da Vice-Província da China. Na mesma armada estavam sete novos missionários (Brockey, 2007, p. 73)^[33], e também o Procurador Nicolas Trigault (1577-1628) (que em 1612 fora enviado a Roma por ordem do Superior da Missão da China, Niccolò Longobardo (1565-1655), depois da morte de Matteo Ricci, dois anos antes) (Brockey, 2007, p. 65; Clossey, 2008, p. 41)^[34].

Os missionários em funções na China enfrentavam, nesta época, uma conjuntura política de enorme complexidade, que deve ser tida em consideração

29. Manuel de Figueiredo, “Carta do Jrmão Manoel de Figueiredo para o Padre Paulo de Carvalho no Collegio de Évora”, Macau, 20/11/1620, BAJA, 49-V-5, fl. 299v. As afirmações que Figueiredo faz neste âmbito podem ser inseridas no registo das *Litterae Indipetae*, ou seja, das cartas de candidatura que vários jesuítas remetiam a Roma quando queriam servir como missionários fora da Europa. Estas cartas têm vindo a ser disponibilizadas num base de dados da Universidade de Boston, intitulada *Digital Indipetae*, e que deixo aqui indicado se existir interesse: <https://indipetae.bc.edu/>

30. Manuel de Figueiredo, “Carta do Jrmão Manoel de Figueiredo para o Padre Paulo de Carvalho no Collegio de Évora”, Macau, 20/11/1620, BAJA, 49-V-5, fl. 299v.

31. *Ibid*, fl. 300v.

32. *Ibid*, fl. 300v; De acordo com António Franco, seriam trinta e um os membros da Companhia que seguiam no navio (Franco, 1714, p. 485).

33. Falamos de Johann Terrenz Schreck (1576–1630), Simão da Cunha (1589–1660), Francisco Furtado (1589–1653), João Fróis (1591–1638), Johann Adam Schall von Bell (1592–1666), Giacomo Rho (1592–1638) e Rodrigo de Figueiredo (1594–1642).

34. Trigault procurava adquirir junto de Roma mais financiamento para a missão jesuíta chinesa, mas também era seu objetivo trabalhar para que a Missão da China ascendesse à categoria de Vice-Província, o que alcançou em 1619. Sobre a jornada europeia de Trigault, o trabalho de referência continua a ser o de Lamalle, 1940.

para a compreensão do conteúdo presente nas páginas seguintes. O Império Ming era um estado altamente centralizado, onde os missionários não tinham qualquer apoio por parte de portugueses (mercadores ou oficiais da Coroa) no desenvolvimento das suas missões (Brockey, 2007, p. 64); para lá de Macau vigoravam apenas as regras impostas pelas autoridades chinesas; a atividade comercial desenvolvida em Cantão estava limitada à realização de duas feiras por ano; e a relação da Missão da China com a Província do Japão (de quem, aliás, dependiam em termos financeiros e administrativos) (Brockey, 2007, p. 62) assumia-se como muito conturbada. O nível conflitualidade vivido nesta época assumiu contornos ainda mais dramáticos com a expulsão de todos os missionários do território japonês, em 1614, ou quando dois anos depois, Shen Que (1564-1624), vice-presidente do Ministério dos Ritos de Nanquim, deu início à chamada crise Nanquim de 1616-1617^[35]. Veja-se como a China teve ainda de enfrentar — no ano da partida de Figueiredo de Portugal, em 1618 — o início das incursões manchus. Estes ataques acabariam por culminar, como se sabe, no fim da dinastia Ming e no início da Qing, em 1644^[36]. O desempenho da Companhia de Jesus na China ficou, então, claramente afetado por todo este conturbado período e conseqüentemente o percurso de Manuel de Figueiredo, como exploraremos mais adiante^[37].

Figueiredo, Trigault e os outros sete missionários só saíram de Goa a 20 de maio de 1619, tendo desembarcado em Macau quase dois meses depois, no dia 18 de julho (Oliveira e Costa, 1998, p. 693)^[38].

A chegada deste Procurador flamengo a Macau representou um novo começo depois dos turbulentos acontecimentos dos anos anteriores, uma vez que colocou, em espaço chinês, uma segunda geração de jesuítas que, nas próximas quatro décadas, dariam continuidade à missão. Vale também sublinhar que à chegada de Trigault, a China passava a ter o estatuto de Vice-Província, ou seja, continuava a estar integrada na jurisdição da Província do Japão, mas usufruía de um grau de autonomia muito maior (Brockey, 2007, p. 73, p. 437;

35. A crise iniciada em Nanquim acabaria por conduzir à publicação de um édito imperial em fevereiro de 1617 que decretava a expulsão dos missionários da China. No entanto, só quatro deles foram efetivamente expulsos de Macau. Sobre esta crise veja-se, por exemplo, Kelly, 1971 e Dündin, 1996.

36. A conjuntura posterior à chegada dos Qing ao poder ficou marcada por uma série de estratégias de pacificação do território, terminadas somente durante a década de 1680.

37. Ressalve-se como este foi, aliás, um período de crise geral ou global como nos mostram autores como Geoffrey Parker a propósito das alterações climáticas então registadas. Veja-se Parker, 2013.

38. Manuel de Figueiredo, “Carta do Irmão Manoel de Figueiredo para o Padre Paulo de Carvalho no Collegio de Évora”, Macau, 20/11/1620, BAJA, 49-V-5, fl. 300v.

Dehergne, 1973, p. 328)^[39]. As finanças dos dois espaços continuavam também diretamente interligadas — o que teve implicações no trabalho desenvolvido pelos Procuradores Provinciais e Vice-Provinciais, como vamos ver já de seguida na primeira pessoa, ao analisarmos o caso de Manuel de Figueiredo.

5. O Procurador enquanto agente da globalidade – a cultura material em circulação

Quando chegou a Macau, em 1619, Figueiredo não foi imediatamente colocado no cargo de Procurador da Vice-Província da China. Começou, efetivamente, por servir^[40] o recém-nomeado Bispo do Japão, mas esse seu trabalho durou apenas cinco anos, que depois de terminados, o conduziram à “cura dos enfermos”, ao “cuidado da Botica”^[41] e à posterior — e simultânea — ocupação do cargo de Procurador.

As duas cartas (sem data) que nos chegaram de Figueiredo como Procurador dizem respeito às despesas da viagem de Álvaro Semedo (1585-1658) a Roma enquanto Procurador da Província do Japão e da Vice-Província da China. Contudo, não se resumem, se analisadas mais atentamente, a dados económicos. Figueiredo dá-nos conta de uma série de outros fatores importantes, que precisam de ser assinalados se quisermos compreender melhor o cargo de Procurador enquanto agente ativo da globalidade empreendida pela Companhia de Jesus.

Figueiredo começa, por exemplo, numa das suas cartas, por indicar que a 8 de fevereiro de 1636 enviou seis mil xerafins ao Padre Nicolau da Costa (Procurador em Goa da Província do Japão e da Vice-Província da China)^[42], para que ele os remetesse a Álvaro Semedo (1585-1658) que, como já foi referido, fora eleito nesse ano para ir à Europa. Mas Semedo, quando partiu de Macau em 1637, não se dirigiu imediatamente a Roma^[43]. Desembarcou antes,

39. A decisão fora tomada por Claudio Aquaviva (1543-1615) em 1615, mas a sua morte conduziu Trigault a pedir uma nova confirmação, que só foi efetivada nesse ano de 1619.

40. Infelizmente a documentação não revela nenhuma informação sobre o tipo de serviços exercidos por Manuel de Figueiredo, mas sabemos, por exemplo, pelo artigo de Golvers 2006, que era vasta a biblioteca de Diogo Valente. Podemos interrogar-nos se as funções de Figueiredo já estariam, à data, relacionadas com a gestão financeira ou com outros assuntos económicos.

41. Manuel de Figueiredo, “Lembrança do Jrmão Manoel de Figueiredo”, Macau, 21/02/1661, BAJA, 49-V-5, fl. 301v.

42. Manuel de Figueiredo, “Informa[ção] do Jrmão Manoel de Figueiredo por ordem de Nosso Reuendo *Padre Geral*, sobre as contas que tem entre si a Prouincia de Japam e a Vice Prouincia da China, des da viagem que fez a Roma o *Padre Alvaro Semedo* Procurador da Prouincia de Japam, e da Vice Prouincia da China”, Macau, s.d, BAJA, 49-V-11, fls. 504v-505. Doravante citado como “Informa[ção] [...]”.

43. Vejam-se os trabalhos de Isabel Murta Pina sobre Álvaro Semedo, nomeadamente Pina 2017, 2018.

em 1640, na cidade de Lisboa (como era normal no percurso de qualquer jesuíta vinculado ao Padroado Português do Oriente) com o objetivo de recrutar novos missionários para a China^[44], mas também angariar apoio material ou alcançar a ascensão da Vice-Província da China a Província. Era lá, portanto, que se encontrava, à data da redação destas cartas.

Nicolau da Costa não estava, desta forma e apenas, encarregue de receber o dinheiro, como tinha ordens de Figueiredo para o gastar, antes de o enviar a Semedo, “em alguma cousa *que* desse proueito no Reino”, capaz de suportar “as despesas dos sogeitos que o mesmo *Padre* [Álvaro Semedo] foi buscar para a Vice Prouincia da China.”^[45]. A preocupação de Figueiredo era, pois, assegurar que os produtos comprados em Goa gerassem mais dinheiro em Portugal, para que dessa forma Semedo conseguisse suportar os custos da sua viagem de Lisboa até Roma, e de lá de volta para a China. Metade do dinheiro foi então aproveitado por Costa na compra de “aljofar de botica”^[46] e a outra parte foi gasta em diamantes^[47]. Semedo acrescentou aos produtos que recebeu de Costa “dous cates de almíscar”^[48] e mais algum dinheiro^[49], que finalmente acabaram por ser entregues a uma outra personagem: o Padre António Freire, Procurador em Lisboa da Província do Japão e da Vice-Província da China^[50].

Apesar de curtas e sucintas, estas informações já nos conseguem mostrar como era importante a função intermediária do Procurador, e como era também central o seu papel enquanto guardião da boa comunicação entre a Vice-Província, Províncias e Roma.

Além de Costa, Semedo ou Freire, Figueiredo tinha outros agentes na sua ampla rede de contactos, como podemos ver pela menção que também faz, nessas duas cartas, ao Padre Simão da Cunha (1589-1660) (Dehergne, 1973, p.

44. Manuel de Figueiredo, “Liquidação do que se entregou o *Padre Antonio* Freire para as despesas do *Padre Alvaro Semedo* dos sугeitos *que* foy buscar ao Reino para a *Vice* Provincia da China, conforme a informação *que* fez o *Jrmão Manoel* de Figueiredo por ordem do nosso *Reverendo Padre* Geral.”, Macau, s.d, BAJA, 49-V-11, fl. 574v. Daqui em diante referenciado como “Liquidação [...]”. De acordo com Manuel de Figueiredo, em 1640 chegaram à China três Padres, no ano seguinte seis Padres e oito estudantes e em data desconhecida terão chegado mais quinze Padres.

45. Manuel de Figueiredo, “Informa[ção] [...]”, Macau, s.d, BAJA, 49-V-11, fl. 505.

46. Aljofares eram pérolas que, em contexto de botica, seriam desfeitas ou esmagadas para servir propósitos medicinais.

47. Manuel de Figueiredo, “Informa[ção] [...]”, Macau, s.d, BAJA, 49-V-11, fl. 505.

48. *Ibid*, fl. 505. “Cate” corresponde a uma medida de peso oriental com valor aproximado de 600 gramas. Almíscar é uma substância aromática produzida por alguns mamíferos e bastante usada na perfumaria.

49. Manuel de Figueiredo, “Informa[ção] [...]”, Macau, s.d, BAJA, 49-V-11, fl. 505.

50. Manuel de Figueiredo, “Liquidação [...]”, Macau, s.d, BAJA, 49-V-11, fl. 574v.

69)^[51]. Figueiredo explica que Cunha era, em 1642, Procurador da Vice-Província da China em Macau^[52], tendo enviado nesse ano, para Lisboa “hum caixão de pessos de seda” que continham “duzentos e dez tafetas de cores, e trinta e noue pessos de damascos, e setins”^[53]. Embora ainda não tenha sido referido, é importante chamar a atenção para o constante interesse que a Europa demonstrava por produtos de origem asiática. Tínhamos visto que em Goa o Padre Nicolau da Costa adquirira diamantes e aljofares de botica, mas repare-se como as sedas enviadas pelo Padre Simão da Cunha a Semedo reflete o gosto que, neste caso, se manifestava por parte de Lisboa e por parte do próprio Procurador^[54]. A diversidade — e a riqueza — dos objetos colocados em circulação pelos Procuradores deve então ser assinalado porque demonstra as teias materiais globais que, a pouco e pouco, a Companhia foi formando.

Outro pormenor que deve ser realçado e que demonstra o pragmatismo e o aproveitamento, por parte dos jesuítas, das rotas de comércio já existentes, está no facto do caixão enviado por Simão da Cunha ter chegado a Lisboa “por uia de Olanda” por ação de um personagem chamado António Fialho Ferreira^[55]. A partir deste exemplo, não só fica de novo patente a utilização que os Procuradores faziam das redes que já se encontravam montadas — e que eram, sobretudo, as da Coroa Portuguesa; como também se mostra de que forma estes jesuítas recorriam a agentes (que não estavam inseridos na grande malha da Companhia) e a outras redes — sempre que necessário ou mais vantajoso — para fazerem chegar, a bom porto, os materiais que enviavam.

A 1 [?] de setembro de 1652, Manuel de Figueiredo escrevia outra carta, dando conta de “todo o cabedal da [Vice] prouincia da China” que havia sido

51. Simão da Cunha (1589-1660) foi um dos missionários que chegou a Macau no mesmo navio de Manuel de Figueiredo e de Nicolas Trigault. Veja-se nota de rodapé 33.

52. Manuel de Figueiredo, “Informa[ção] [...]”, Macau, s.d, BAJA, 49-V-11, fl. 505. A partir de 16 de janeiro de 1659, Simão da Cunha começou a exercer o cargo de Visitador da China e do Japão (Dehergne, 1973, p. 69). Manuel de Figueiredo escreve que “(...) de presente [Simão da Cunha] he visitador da Prouincia de Japam e da Vice Prouincia da China (...)”, o que significa que os documentos em análise terão sido redigidos durante esse período.

53. Manuel de Figueiredo, “Informa[ção] [...]”, Macau, s.d, BAJA, 49-V-11, fls. 505-505v. Damasco, tafetá e cetim correspondem a tecidos de seda.

54. Veja-se o artigo de Maria João Pereira Coutinho (2019) sobre os Procuradores das Missões Francisco de Cordes (1689-1768) e José Rosado (1714-1797) que procura explorar a riqueza da cultura material colocado por eles em circulação.

55. Manuel de Figueiredo, “Informa[ção] [...]”, Macau, s.d, BAJA, 49-V-11, fls. 505-505v. António Fialho Ferreira foi um dos principais responsáveis por levar, para Macau, as notícias relacionadas com a aclamação, em 1640, de D. João IV como novo rei de Portugal. Sobre o tema veja-se, por exemplo, Ferreira, 2011.

recolhido entre 15 de agosto de 1650 e 15 de agosto de 1652^[56]. Os principais destinatários das informações eram, no entanto, o Padre Visitador^[57] e os “Padres da China dentro”, em vez do “Reverendo Padre Geral” a quem o Procurador tinha enviado as outras duas cartas^[58]. Esta mudança de remetentes pode estar associada ao facto de Figueiredo já não ser, à data, Procurador da Vice-Província da China — “por boas rezões que para isso tiue”^[59]. Terá deixado o cargo em 1649^[60], uma vez que em agosto de 1650 era sucedido pelo também Irmão Belchior Ribeiro (1589-1671) (Dehergne, 1973, p. 217)^[61], depois de pagar a “Varias pessoas que deuia a Vice Prouincia em Macao, coatro mil setecentas e sesenta e duas patacas”^[62]. Veja-se como é curioso que o cargo de Procurador tenha sido, nesta época, exercido por dois Irmãos, quando — e pelo que já vimos da rede de contactos de Figueiredo — os restantes eram Padres. Figueiredo foi, como vimos, enfermeiro, soto-ministro e boticário durante o seu Noviciado em Évora, mas Ribeiro também terá atuado como enfermeiro no Colégio de Macau antes de assumir o cargo de Procurador, de acordo com Dehergne^[63].

-
56. Manuel de Figueiredo, “Contas que dá o Jrmão Manoel de Figueiredo ao Padre Vizitador, e aos Padres da China dentro; começadas em quinze de agosto de 1650, e acabadas em quinze de agosto de 1652. de todo o cabedal da [Vice] prouincia da China”, Macau, 1[?]/09/1652, BAJA, 49-IV-61, fl. 631v. Daqui em diante mencionado como “Contas que dá o Jrmão Manoel de Figueiredo [...]”.
57. Elsa Penalva incluiu na sua obra *Mulheres em Macau: Donas Honradas, Mulheres Livres e Escravas (séculos XVI e XVII)* (2011) algumas referências interessantes a propósito de uma contenda que Manuel de Figueiredo teve durante estes anos de 1651 e 1652, com uma personagem chamada Isabel Reigota (Penalva, 2011, pp. 115-142). É até possível consultar no seu apêndice um documento intitulado “Emformação que da o Irmão Manoel de Figueredo sobre a contenda do sandolo Entre Isabel Reigota, e a Vice Prouinça da China.” (Penalva, 2011, p. 169; documento situado em ARSI, Jap-Sin 124, fls. 33-44v) que dá conta, por exemplo, de ser Padre Visitador em maio de 1652 Francisco Furtado. A informação é comprovada por Dehergne, 1973, p. 103, que explica que Furtado exerceu o cargo de 1650 até à sua morte, em 1653.
58. Manuel de Figueiredo, “Informa[ção] [...]”, Macau, s.d, BAJA, 49-V-11, fl. 504v.
59. Manuel de Figueiredo, “Contas que dá o Jrmão Manoel de Figueiredo [...]”, Macau, 1[?]/09/1652, BAJA, 49-IV-61, fl. 631v.
60. Veja-se nota de rodapé seguinte. Manuel de Figueiredo exerceu o cargo de Procurador durante 24 anos, algo extremamente raro se tivermos em conta que os Procuradores Provinciais tinham uma frequência de rotatividade muito superior em comparação com o que se sucedia com os Procuradores das Missões ou dos Colégios (Alden, 1996, p. 307).
61. No repertório de Dehergne encontra-se uma entrada de um português chamado João Belchior (Melchior) Ribeiro, irmão coadjutor, que terá estado três anos na Missão da China, tendo sido enfermeiro e Procurador da Vice-Província em Macau, pelo menos, entre 1649 e 1665. Trata-se, muito provavelmente, de Belchior Ribeiro uma vez que as informações apresentadas por Dehergne coincidem, temporalmente, com o que é referido por Manuel de Figueiredo. (Dehergne, 1973, p. 217).
62. Manuel de Figueiredo, “Contas que dá o Jrmão Manoel de Figueiredo [...]”, Macau, 1[?]/09/1652, BAJA, 49-IV-61, fl. 630v.
63. Veja-se nota de rodapé 61.

Apesar de não se focar tanto no cargo de Procurador como as outras duas cartas, este documento continua a ser importante para a análise do percurso de Manuel de Figueiredo, porque permite testemunhar a realidade que se vivia, à época, em Macau⁶⁴. Figueiredo descreve, por exemplo, como em 1651 e 1652 “se despenderam todos os ganhos do cabedal da [Vice] Prouincia” ou como “dos dez mil trezentos, e trinta e tres, que (...) tinha no princípio do anno de sincoenta e hum” não tem agora “senam noue mil patacas”⁶⁵. As outras dificuldades económico-financeiras relatadas por Figueiredo (que, recorde-se, já não era Procurador da Vice-Província da China) incluem situações como a “perda de Mascate”, a falta de vendas na alfândega de Diu⁶⁶ ou a “quebra de Japam e Manilla” que deixara “Macao despouoad”⁶⁷.

A interpretação destes acontecimentos deve ser feita à luz de um contexto de instabilidade e de crise para vários pontos da Ásia, que importa assinalar⁶⁸. A China estava em pleno processo de transição dinástica, como sabemos; o Estado da Índia enfrentava ao longo das últimas décadas uma conjuntura de enorme fragilidade (tendo em conta as diferentes pressões que sofria de holandeses e ingleses); e o Japão havia proibido, desde 1639, qualquer tipo de atividade comercial com os portugueses (Wills, 1999, p. 111; Dehergne, 1973, p. 329; Brockey, 2007, p. 101). Este último fator teve, certamente, um grande impacto na sobrevivência de Macau e da missão jesuíta chinesa, ainda para mais se recordarmos que a Vice-Província continuava dependente, financeiramente, da Província do Japão. Manuel de Figueiredo chega mesmo a referir, sobre isto, que a Vice-Província da China só tem o seu cabedal e “que custa infinito trabalho buscar prata em semelhante[s] tempos”, por isso se gaste “conforme do que tem” senão a Vice-Província fica “sem remedio nem caminho para se poder sustentar”⁶⁹. Para um indivíduo como Manuel de Figueiredo, que no passado fora responsável pela gestão económica e financeira da Vice-Província da China, estes terão sido momentos de enorme decepção e tristeza, mas também de grande vulnerabilidade e insegurança.

64. Em 1651, só estavam em funções na China dezoito missionários europeus e três coadjutores chineses (Brockey, 2007, p. 118).

65. Manuel de Figueiredo, “Contas que dá o Jrmão Manoel de Figueiredo [...]”, Macau, 1[?]/09/1652, BAJA, 49-IV-61, fl. 631.

66. *Ibid*, fl. 631.

67. *Ibid*, fl. 631.

68. Sobre o quadro de crise que se vivia na China entre 1640 e 1660 veja-se o artigo de Wills, 1999, pp. 105-124; para uma análise militar consulte-se a obra de Swope 2014. Para a crise global veja-se novamente Parker, 2013.

69. Manuel de Figueiredo, “Contas que dá o Jrmão Manoel de Figueiredo [...]”, Macau, 1[?]/09/1652, BAJA, 49-IV-61, fls. 631-631v.

A 21 de fevereiro de 1661, Manuel de Figueiredo fechava “50. annos da Companhia” e tinha de idade “71. annos, e tres mezes”^[70]. Continuava a desempenhar as suas atividades na “Botica do Collegio” e na “cura dos enfermos”^[71] tendo falecido, em Macau, alguns anos depois, no dia 8 de novembro de 1663 (Dehergne, 1973, p. 93).

6. Conclusão

Os Procuradores foram figuras essenciais para o funcionamento da Companhia de Jesus e das suas missões ultramarinas, uma vez que tinham a seu cargo a gestão de todas as questões económico-financeiras que possibilitaram a atividade espiritual desenvolvida pela Companhia.

Manuel de Figueiredo surge, neste contexto, como um importante ponto de contacto entre Macau, China, Goa e Lisboa; demonstra como era ampla a rede de contactos dos Procuradores; como era vasta, rica e diversa a cultura material colocada em circulação — mas mostra, principalmente, como foi fundamental para o processo de viabilização e para o rápido crescimento da empresa jesuíta o aproveitamento das várias estruturas de comércio, navegação e contacto que já existiam.

Data de receção: 29/04/2022

Data de aprovação: 21/10/2022

Agradecimentos

A autora gostaria de agradecer às professoras Alexandra Pelúcia e Isabel Murta Pina pela orientação, apoio e disponibilidade na investigação que conduziu a esta publicação.

Referências

- Alden, D. (1996). *The Making of an Enterprise, The Society of Jesus in Portugal, Its Empire, and Beyond, 1540-1750*. Stanford University Press. <https://www.sup.org/books/title/?id=2008>
- Brockey, L. M. (2007). *Journey to the East, The Jesuit Mission to China, 1579-1724*. Belknap Press. <https://www.hup.harvard.edu/catalog.php?isbn=9780674030367>

70. Manuel de Figueiredo, “Lembrança do Irmão Manoel de Figueiredo”, Macau, 21/02/1661, BAJA, 49-V-5, fls. 301v-302.

71. Ibid, fl. 301v.

- Clossey, L. (2008). *Salvation and Globalization in the Early Jesuit Missions*. Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511497278>
- Coutinho, M. J. (2019). 'So Many Things I Wanted From Guangzhou.' The Orders of two Jesuit Procurators: Francisco de Cordes (1689-1768) and José Rosado (1714-1797). *Orientis Aura, Macau Perspectives in Religious Studies* 3, 103-122. Available in: <http://hdl.handle.net/10362/111891>
- Dehergene, J. (1973). *Repertoire des jesuits de Chine de 1552 à 1800*. Institutum Historicum S.I.
- Dudink, A. (1996). The inventories of the Jesuit House at Nanking made up during the persecution of 1616-1617 (Shen Que, Nangong shudu, 1620). In F. Masini (ed.), *Western Humanistic Culture Presented to China by Jesuit Missionaries (XVII-XVIII Centuries)* (pp. 119-157). Institutum Historicum S. I. Available in: <https://lirias.kuleuven.be/retrieve/459633>
- Faria, F. F. (2007). The Functions of Procurator in the Society of Jesus. Luís de Almeida Procurator?. *Bulletin of Portuguese-Japanese Studies*, (15), 29-46. Available in: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=36112010003>
- Ferreira, J. M. M. (2011). *A Restauração de 1640 e o Estado da Índia. Agentes, espaços e dinâmicas* [Master's Thesis, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas], Universidade Nova de Lisboa Repository. Available in: <http://hdl.handle.net/10362/7181>
- Golvers, N. (2006). The Library Catalogue of Diogo Valente's Book Collection in Macao (1633). A Philological and Bibliographical Analysis. *Bulletin of Portuguese - Japanese Studies* (13), 7-43. Available in: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=36101301>
- Kelly, E. T. (1971). *The Anti-Christian Persecution of 1616-1617 in Nanking* [Doctoral Dissertation, Columbia University]. Available in: <https://www.proquest.com/openview/bcd07e129dfe21fa30b9e315a32ecfd9/1?pq-origsite=gscholar&cbl=18750&diss=y>
- Lach, D. F. (1994). *Asia in the Making of Europe, Volume I, The Century of Discovery*. The University of Chicago Press.
- Lamalle, E. (1940). La Propagande du P. Nicolas Trigault en faveur des Missions de Chine (1616). *Archivo Historicum Societatis Iesu* (IX), 49-120.
- Leão, F. G. C. (1998). *Jesuítas na Ásia: catálogo e guia, Volume II*. Instituto Cultural de Macau, Instituto Português do Património Arquitectónico, Biblioteca da Ajuda.
- Martínez-Serna, J. G. (2009). Procurators and the Making of the Jesuits' Atlantic Network. In B. Baylin and P. L. Denault (eds.), *Soundings in Atlantic History, Latent Structures and Intellectual Currents, 1500-1830* (pp. 181-209). Harvard University Press. Available in: https://www.academia.edu/1024511/_Procurators_and_the_Making_of_the_Jesuit_Atlantic_Network_
- Oliveira e Costa, J. P. (1998). O Cristianismo no Japão e o Episcopado de D. Luís Cerqueira [Doctoral Dissertation, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas], Universidade Nova de Lisboa Repository. Available in: <http://hdl.handle.net/10362/3571>

- Parker, G. (2013). *Global crisis: War, Climate change and Catastrophe in The Seventeenth Century*. Yale University Press.
- Penalva, E. (2011). *Mulheres em Macau: Donas Honradas, Mulheres Livres e Escravas (século XVI e XVII)*. CCCM – CHAM.
- Pina, I. M. (2017). The European circulation of Álvaro Semedo's work. In L. F Barreto and Zhiliang W. (eds.), *China-Macau and Globalizations: Past and Present* (pp. 90-103). CCCM-Macao Foundation. Available in: https://www.academia.edu/10053550/The_European_Circulation_of_%C3%81lvaro_Semedos_work_in_China_Macau_and_Globalizations_Past_and_Present_pp_90_103
- Pina, I. M. (2018). Representations of China in Álvaro Semedo's Work. In L. Saraiva and C. Jami (eds.), *History of Mathematical Sciences: Portugal and East Asia V. Visual and Textual Representations in Exchange Between Europe and East Asia, 16th-18th Centuries*, (pp. 31-53). World Scientific Publishing. https://doi.org/10.1142/9789813233256_0002
- Standaert, N. (2001). *Handbook of Christianity in China: Volume I, 635-1800*. Brill.
- Swope, K. (2014). *The Military Collapse of China's Ming Dynasty, 1618-1644*. Routledge.
- Vermote, F. (2018). Finances of the Missions. In R. Po-chia Hsia (ed.), *A Companion to Early Modern Catholic Global Missions* (pp. 367-400). Brill. https://doi.org/10.1163/9789004355286_015
- Wills, J. E. (1999). The Survival of Macao, 1640-1720. In J. M. dos Santos Alves (coord.) *Portugal e a China. Conferências no II Curso Livre de História das Relações entre Portugal e a China (Séculos XVI-XIX)* (pp. 105-124). Fundação Oriente.

Primary Sources

Biblioteca da Ajuda, *Jesuítas na Ásia* (BAJA): Códices 49-IV-61, 49-V-5, 49-V-11.

Secondary Sources

- Constituições da Companhia de Jesus e Normas Complementares (1997). Cúria Provincial da Companhia de Jesus-Livraria A.I.
- Franco, A. (1714). *Imagem da Virtude em o Noviciado da Companhia de Jesus do Real Collegio do Espirito Santo de Evora do Reyno de Portugal*. Oficina Real Deslândesiana.

Anexo

TÍTULO	DATA	LOCAL	REFERÊNCIA ARQUIVÍSTICA
“Carta do Jrmão Manoel de Figueiredo para o Padre Paulo de Carvalho no Collegio de Évora”	20 de novembro de 1620	Macau	BAJA: 49-V-5 [fls. 293v-301]
“Contas que dá o Jrmão Manoel de Figueiredo ao <i>Padre</i> Visitador, e aos Padres da China dentro; começadas em quinze de Agosto de 1650, e acabadas em quinze de Agosto de 1652. de todo o cabedal da [Vice] prouincia da China”	1 [?] de setembro de 1652	Macau	BAJA: 49-IV-61 [fls. 630-631v]
“Lembrança do Jrmão Manoel de Figueiredo”	21 de fevereiro de 1661	Macau	BAJA: 49-V-5 [fls. 301v-302v]
“Informa[ção] do Jrmão Manoel de Figueiredo por ordem de Nosso Reuerendo <i>Padre</i> Geral, sobre as contas que tem entre si a Prouincia de Japam e a Vice Prouincia da China, des da viagem que fez a Roma o <i>Padre</i> Alvaro Semedo Procurador da Prouincia de Japam, e da Vice Prouincia da China”	s.d	Macau	BAJA: 49-V-11 [fls. 504v-506]
“Liquidção do que se entregou o <i>Padre</i> Antonio Freire para as despezas do <i>Padre</i> Alvaro Semedo dos sujeitos que foy buscar ao Reino para a Vice Prouincia da China, conforme a informção que fez o <i>Jrmão Manoel</i> de Figueiredo por ordem do nosso <i>Reuerendo Padre</i> Geral.”	s.d	Macau	BAJA: 49-V-11 [fls. 574v-575v]

Tabela elaborada pela autora referente à documentação do Irmão Jesuíta Manuel de Figueiredo (1589-1663)

Fonte: Coleção Jesuítas na Ásia, Códices 49-IV-61, 49-V-5, 49-V-11, Biblioteca da Ajuda, Lisboa.

Sobre a autora

LEONOR PRATAS DUARTE DE JESUS é licenciada em História pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (2021) e atualmente frequenta o Mestrado em História Moderna e dos Descobrimentos na mesma instituição.

[ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-0617-5349>]

About the author

LEONOR PRATAS DUARTE DE JESUS holds a degree in History from the Faculty of Social and Human Sciences of Universidade Nova de Lisboa (2021) and is currently attending the Master's degree in Modern History and Discoveries at the same institution.

[ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-0617-5349>]